



19(2):9-17
jul./dez. 1994

EM RESPOSTA A UM PEDAGOGO 'EPISTEMOLOGICAMENTE CORRETO'

Tomaz Tadeu da Silva

No último número (v. 19, n° 1) de *Educação & Realidade*, Fernando Becker empreende um pesado ataque ao meu artigo publicado anteriormente (v. 18, n° 2) nessa mesma revista, no qual eu analisava o construtivismo pedagógico. O presente artigo constitui uma resposta aos “argumentos” de Becker aí expostos.

Retomemos sua “argumentação”, ponto por ponto. Inicialmente, Becker toma meu artigo como uma defesa do predomínio da Sociologia e, mais especificamente, da Sociologia da Educação na análise educacional. Em nenhum momento qualquer argumento semelhante está escrito ou implicado. É verdade que no último parágrafo expresse a necessidade de se fazer uma “economia política da educação” no sentido de uma análise da educação como um campo político. Também é verdade que defendendo naquela passagem a precedência de uma tal análise contra uma abordagem

psicológica que *tenda a obscurecer precisamente a natureza política do campo educacional*. Não se trata simplesmente, como quer Becker, de se contrapor duas abordagens apenas diferentes, mas de tomar uma delas (o construtivismo pedagógico) como objeto da outra (uma análise sociológica e política), na exata medida em que a primeira adquire natureza política. Isso, evidentemente, não é a mesma coisa que simplesmente defender a precedência de uma sobre a outra. Existe aqui mais do que apenas uma relação de precedência. Becker se utiliza, nesse caso, do artifício conhecido na língua inglesa como “*straw man*”. Isto é, Becker me atribui um argumento — não presente no meu artigo — para tornar sua tarefa mais cômoda. Meu argumento central aí não é em favor do predomínio da sociologia na análise da educação, mas em favor de uma análise sociológica e política quando se trata de questões sociais e políticas, como é o caso da transposição de uma teoria psicológica (epistemológica ou não) para um campo social e político como é o da educação.

Becker ainda faz uma longa citação de Piaget para refutar um argumento ainda mais forte do que o da precedência, o de que a Sociologia seria “a juíza de outras ciências”, argumento que tampouco enunciei. Devo atribuir essa disposição de Becker a me fazer dizer coisas que não disse nem impliquei apenas à sua predileção por afirmações categóricas. Não precisava convocar o Mestre em vão.

É interessante observar, nesse contexto, que Becker acha que realmente há um construtivismo “despoliticado”, mas que esse não é, evidentemente, o caso do *seu* construtivismo (é o caso de se perguntar por que, então, teria se sentido atingido a ponto de mobilizar sua pesada maquinaria contra mim). Só isso já seria suficiente para demonstrar que ele não entendeu o essencial de minha argumentação. O construtivismo, enquanto teoria psicológica, não é politizado nem despoliticado (embora mesmo nesse caso se pudesse construir um argumento em favor de seu caráter social e político). Ele torna-se “político” no momento em que é inserido na educação como dispositivo pedagógico. Não interessa a variedade de construtivismo, nem se ele é bem ou mal aplicado, como parece implicar a discussão de Becker. Como dispositivo pedagógico e prática educacional, torna-se uma questão política e como tal deve ser analisado. Foi o que tentei fazer naquele artigo.

É exatamente por isso que não fiz nenhuma análise interna do construtivismo, para a qual não tenho nem competência nem disposição. Mas não se tratava, como deixei bem claro, de atacar os pressupostos internos do construtivismo, seja lá de qual variedade, mas de analisar os efeitos políticos e sociais de sua inserção na educação. A desautorização que me faz Becker por não conhecer o construtivismo equivale a desautorizar qualquer crítica da Igreja por não conhecer seus dogmas e disputas internas. De fato, para fazer uma análise teológica é preciso ficar dentro da Igreja. Uma crítica sociológica e política da Igreja não apenas prescinde de uma análise interna; ela deve ser feita contra ela. Aliás, essa analogia com Igreja e teologia parece se aplicar ao caso do construtivismo de Becker em mais de um sentido.

No mesmo parágrafo em que me desautoriza uma crítica ao construtivismo por

não conhecê-lo internamente, Becker destaca uma frase minha (“A psicologia pesquisa o indivíduo”), deliberadamente isolando-a do parágrafo da qual ela faz parte. Becker se utiliza aqui de mais uma técnica espúria de argumentação. Trata-se da conhecida e maliciosa operação de fazer citações fora de contexto. Realmente aquela afirmação é mesmo problemática, embora Becker deixe de explorar as implicações de minha simplificação, limitando-se a uma obscura afirmação de ordem biologicista, ao reduzir indivíduos e sociedades a “organismos”. Entretanto, o centro do argumento apresentado nesse parágrafo era o de que a educação como dispositivo e prática social inclui algo mais que uma teoria psicológica e que uma teoria psicológica ao ser transportada para a educação se transforma em algo diferente. Aliás, nesse parágrafo está contido o essencial do argumento do artigo, argumento que Becker, como já disse, não dá o mínimo sinal de ter compreendido.

No quarto parágrafo, Becker lista uma série de afirmações contidas em meu artigo e naturalmente ficamos esperando que elas sejam respondidas no próximo parágrafo. Em vez disso, sua argumentação no parágrafo seguinte deixa o leitor confuso por sua evidente falta de lógica. Becker “argumenta” que o predomínio da Psicologia seria consequência do fracasso da Sociologia da Educação em “apontar caminhos para a teoria e a prática educacionais”. Em primeiro lugar, o enfoque psicológico em educação nunca deixou de ser predominante e, portanto, não poderia se *seguir* ao suposto fracasso do enfoque sociológico. Em segundo lugar, a Sociologia da Educação nunca teve como objetivo “apontar caminhos”. Em terceiro lugar, mesmo que tudo isso fosse verdade, o “fracasso” da Sociologia da Educação não serve como prova de que o predomínio da Psicologia não constitui uma regressão. Parece que a adoção da epistemologia “correta”, além de não garantir a democracia, tampouco parece garantir o uso de um raciocínio claro.

Nesse mesmo parágrafo, Becker lista outras duas perguntas a título de argumento: “Por que esse predomínio da Psicologia significa tendência regressiva, ou ‘implicações ainda mais regressivas que as tendências psicológicas anteriores’? Se fosse predomínio da Sociologia, como ocorreu em toda a década de 80, não significaria — ou não significou — regressão?”. Fica difícil vislumbrar nessas perguntas alguma espécie de argumento, dada a forma obscura em que estão redigidas. Podemos proceder apenas por adivinhação, tentando traduzir em linguagem mais clara aquilo que ele quer dizer. Parece que Becker, com essas perguntas, está tentando dizer, à sua maneira, que o predomínio de uma disciplina não significa necessariamente regressão. É óbvio que não. Mas meu argumento não era que o simples predomínio da Psicologia significasse regressão e sim que esse predomínio era regressivo na medida em que tendia a obscurecer os aspectos políticos não apenas da educação, mas principalmente da própria inserção da Psicologia na Educação.

Becker conclui esse parágrafo com o argumento de que minha crítica ao construtivismo seria uma consequência do fracasso da Sociologia da Educação e de seus “paradigmas demasiadamente frágeis”. Como Becker não esclarece quais se-

riam esses “paradigmas demasiadamente frágeis” fica difícil saber a quem ele está se referindo. De qualquer maneira não se trata, como quer caracterizar Becker, de uma disputa entre duas disciplinas. A própria escolha, por parte de Becker, da metáfora “jogo de braço” indica sua disposição, e não a minha, de construir o debate dessa forma belicosa, além de ser reveladora da concepção que Becker tem do trabalho intelectual (com todas as conotações machistas implicadas na metáfora, entre outras coisas). Meu argumento não ia na direção de saber qual disciplina explicaria melhor o processo educacional ou mesmo de saber qual disciplina contribuiria melhor para a prática educacional, mas de introduzir um argumento sociológico e político na análise de um fenômeno social e político, ou seja, a recontextualização educacional do discurso científico do construtivismo. Deixando essa incompreensão de lado, ficamos com a impressão de que Becker parece ter um juízo definitivo sobre o fracasso da Sociologia da Educação, mas como o argumento está colocado em termos tão gerais, não ficamos sabendo em que consiste esse fracasso nem tampouco como poderia a Sociologia da Educação fortalecer “seu quadro conceitual”, como sugere ele. De qualquer forma, a julgar pela demonstração dada por Becker nesse artigo e no outro artigo seu publicado nesse mesmo número de *Educação & Realidade*, não creio que ele esteja em posição de fornecer essas sugestões.

Becker gasta um outro parágrafo inteiro para nos dar uma “aula” sobre Epistemologia Genética, numa sucessão de informações irrelevantes para a argumentação. Mas o parágrafo é revelador daquilo que seu autor entende por Sociologia e conceitos sociais, além de refletir, novamente, seu viés biologicista. Aí Becker, depois de um visível esforço de compreensão que se expressa numa sucessão de perguntas (“Onde esse sistema nervoso se articula com o social? Nas instituições?”), parece concluir que a única entidade social existente além do indivíduo são as instituições. Conceber a existência de classes sociais e de processos de reprodução social já pediria um pouco mais de abstração, mas não exigimos tanto esforço.

No parágrafo seguinte (naquele que inicia com “Como seria bom falarmos aqui de abstração reflexionante”), Becker — freqüentemente confundindo trabalho intelectual com didatismo — inicia uma outra “aula” sobre construtivismo. Mas, de novo, essas lições não têm nada a ver com meu argumento, ao qual elas supostamente se contraporiam. É verdade que aqui as coisas se tornam um pouco mais complicadas na medida em que, no parágrafo a que Becker alude, apresento o argumento de que a concepção de epistemologia da psicologia construtivista seria estreita e restrita, um argumento que obviamente precisaria um desenvolvimento bem maior do que o de um parágrafo. Mas essencialmente o que tentava expressar aí era o argumento de que o conhecimento pesquisado pelo construtivismo era apenas um tipo de conhecimento ou um de seus aspectos. Entender como a criança aprende o alfabeto pode ser importante, mas pouco revela sobre o alfabeto como invenção social e histórica e tudo que isso implica. De forma similar, é importante compreender como a criança aprende conceitos científicos, mas isso está longe de encerrar a

questão da epistemologia do conhecimento científico como dispositivo material, social, econômico e político. A questão epistemológica não se esgota na investigação da forma como se aprende, como parece pretender Becker. Por isso suas “aulinhas” sobre a teoria de aprendizagem do construtivismo são inteiramente dispensáveis nesse contexto. Minha única argumentação naquele artigo era de que a questão do conhecimento vai muito além de sua aprendizagem.

Mais adiante Becker continua construindo argumentos em meu nome. Sua pergunta “Como chegar a uma sociedade democrática, sem (indivíduos) democráticos?” supõe que eu tenha feito alguma afirmação em contrário. A partir daí, Becker passa a fazer uma defesa do indivíduo, que me parece exageradamente romântica e simplista, mas que não vou discutir porque se trata de uma questão evidentemente deslocada. Não disse ou impliquei em nenhum local de meu artigo que “a totalidade social determina unilateralmente o indivíduo”. Becker demonstra mais uma vez sua predileção por afirmações categóricas e simplificadas. Quando não as está expressando ele próprio, diverte-se em me fazer dizê-las.

Quase ao final de seu artigo, Becker dá mais uma demonstração de seu entendimento de Sociologia da Educação e, em particular, da contribuição de Althusser: “O professor que lê o texto de Silva deve sentir-se como o leitor de Althusser: de mãos amarradas, por uma corda prestes a romper-se, suspenso sobre um abismo: se mexer-se (sic), estará perdido!”. Se as contribuições da Sociologia da Educação e de Althusser se resumissem a fornecer ao professor esse tipo de entendimento, ele realmente estaria perdido. Mas nem a Sociologia da Educação nem o meu artigo subscreveriam aquilo que Becker diz que afirmamos sobre controle e poder. É verdade que o indivíduo está envolvido numa “relação de controle e poder” (ao citar essa afirmação num contexto negativo, estará Becker dizendo que isso não é verdade?). Entretanto, é óbvio que isso não é tudo. Afirmar que o indivíduo está envolvido numa relação de controle e poder não é o mesmo que afirmar que ele está irremediável e passivamente envolvido nessa relação. Não entrei nesses detalhes e elaborações naquele artigo porque, ao contrário de Becker, meu objetivo não era dar “aulinhas” de Sociologia da Educação, mas contrapor à idéia de livre determinação, implicada por uma psicologia despolitizada, a idéia de uma sociedade social e politicamente determinada. Nesse processo, a própria inconsciência dessa determinação contribuiria para reforçá-la, mas certamente Becker prefere a ilusão idealista de um professor (ou de um indivíduo) flutuando livremente no espaço social ou, para usar a imagem de Becker, de um indivíduo sobre um abismo, embalado pela ilusão idealista da suspensão da lei da gravidade. Mas, de novo, as “sofisticadas” metáforas de Becker (“forças ocultas”, “rato sob a pata de um elefante”, “bicho-papão”, “inferno”) revelam mais sobre seu entendimento da Sociologia e da Política do que sobre a Sociologia e a Política mesmas.

Ao formular seu sétimo “argumento”, Becker continua distorcendo minhas afirmações ao seu bel-prazer. Pergunta Becker: “Quem são esses luminares que sabem ‘o que deve ser ensinado (e) porque (sic) deve ser ensinado’ ..., que compre-

endem as complexas relações entre currículo e cultura'...?'. Minha frase era: "Que o construtivismo tem a nos dizer sobre o que deve ser ensinado, por que deve ser ensinado, etc...Que tem a dizer sobre as complexas relações entre currículo e cultura?". E mais adiante eu dizia: "Esta última questão exige considerações éticas, filosóficas e políticas que estão além do alcance epistemológico do construtivismo...". A simples comparação entre as minhas afirmações e aquilo que Becker faz das minhas afirmações é suficiente para demonstrar a natureza da operação a que Becker se lançou ao empreender seu ataque ao meu artigo.

Nesse mesmo parágrafo Becker pergunta: "Que postura política é essa que não consegue formular um projeto que responda às infinitas questões que a prática escolar cotidiana põe aos profissionais da educação?". A pergunta de Becker supõe que ele tenha um tal projeto ou saiba onde localizá-lo. Se ele tem ou sabe onde está, não nos diz. De qualquer maneira, não é minha intenção subscrever ou apoiar qualquer teoria sociológica ou educacional que tenha tanta certeza de ter um tal projeto, sobretudo considerando-se as "infinitas questões" a serem solucionadas, mencionadas por Becker, mas também porque já não se trataria de um projeto, mas de uma doutrina.

Num dos últimos parágrafos, Becker se arrisca a dar alguma informação sobre seu projeto pedagógico. Esse se preocuparia, segundo ele, em trazer, por um lado, "a realidade social, política, econômica e cultural para a análise do educando e, por outro, fazendo chegar a ele o conhecimento sistematizado ('acervo cultural da humanidade')". O mínimo que se pode questionar a respeito de um tão simplista "projeto educacional" é se Becker nunca foi informado de que o tal "acervo cultural da humanidade" pode ter algo a ver com a tal "realidade social, política, econômica e cultural". Não seria isso suficiente para demonstrar a falta de compreensão do construtivismo (ou, ao menos, do construtivismo de Becker) sobre as complexas relações entre currículo, cultura e poder? Além disso, há uma visível e chocante contradição entre a noção de conhecimento como "transmissão" ("trazendo (...) a realidade...", "fazendo chegar a ele...") expressada por Becker nessa passagem e a sua professada epistemologia piagetiana. Seria Becker — tal como alguns dos professores que analisa em seu outro artigo publicado nesse mesmo número de *Educação & Realidade* — também um empirista e, conseqüentemente, nos termos de sua própria classificação, um professor diretivista?

Aliás, a referência a esse outro artigo de Becker é necessária para esclarecer alguns dos pontos de seu ataque. Nesse artigo, que parece constituir um resumo ou um extrato de seu recente livro *A epistemologia do professor*, ele relata os resultados de sua pesquisa sobre o pensamento dos professores. O *design* de sua pesquisa é bastante simples e direto. Para Becker as pedagogias se dividem em diretivas, não-diretivas e relacionais (leia-se "construtivistas" ou "piagetianas"). Correspondentemente, os professores, como o mundo, para Becker, se dividem em empiristas, aprioristas e construtivistas. A questão de pesquisa de Becker consiste simplesmente em saber se os professores são empiristas, aprioristas ou construtivistas ou,

em outras palavras, qual é a distância que os professores mantêm de uma epistemologia construtivista. Vou discutir mais adiante a falta de alcance, relevância e imaginação demonstrada por uma pesquisa classificatória desse tipo, uma fase que já pensávamos superada na pesquisa educacional. No momento, menciono-a apenas para contrapor seus pressupostos e afirmações às profissões de fé em favor do indivíduo e da resistência dos professores, manifestadas na “resposta” de Becker ao meu artigo. O contraste e a contradição entre as afirmações genéricas contidas no artigo de resposta, de um lado, e os pressupostos da pesquisa relatada no outro artigo, de outro, são evidentes. Esse contraste começa pelo título do artigo que relata sua pesquisa: “Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos”. Essa noção de “modelo” parece em flagrante contraste com o construtivista liberal que denunciava, no outro artigo, o suposto das relações de controle colocado pela Sociologia da Educação. Como concilia Becker essa noção de modelo com sua epistemologia construtivista?

Além disso, o professor aqui descrito por Becker parece completamente diferente do professor romântico idealizado por ele no artigo da resposta. Comparem os trechos já citados com essas descrições que Becker faz do professor e de suas “pedagogias”: “Como se vê, esta pedagogia ... configura o próprio quadro da reprodução da ideologia; reprodução do autoritarismo, da coação, da heteronomia, da subserviência, do silêncio, da morte da crítica, da criatividade, da curiosidade... A certeza do futuro está na reprodução pura e simples do passado” (p. 90). Mais adiante: “Ora, a trama de poder... pode ser disfarçada, mas não eliminada... O que acontece, então, com o pedagogo não-diretivo? Ou ele arranja uma forma mais ‘subliminar’ de exercer o poder ou ele sucumbe. Frequentemente, o poder, exercido deste modo, assume formas mais perversas que na forma explícita do modelo anterior. Assim como no regime da ‘livre iniciativa’ ou de ‘liberdade de mercado’ o estado aumenta seu poder para garantir a continuidade e, até, o aumento dos privilégios da minoria rica utilizando, não a perseguição política, mas a expropriação dos salários e a desmoralização das instituições representativas dos trabalhadores, assim também, por mecanismos indiretos exerce-se, por vezes, numa sala de aula não-diretiva, um poder tão predatório como o da sala de aula diretiva” (p. 91). Em qual Becker acreditar? No romântico defensor da resistência docente do artigo em que responde ao meu ou nesse outro Becker que impiedosamente fustiga os professores por seu poder predatório? Naturalmente, salvam-se de sua condenação os professores construtivistas, a terceira categoria de sua engenhosidade classificatória. Seu modelo de pesquisa poderia facilmente, sem grande esforço, ser multiplicado ao infinito, bastando mudar o critério de classificação. Houve uma época em que se fazia pesquisa para classificar os professores em conservadores, liberais e revolucionários (ou dialéticos?), ou em categorias similares, mas isso já passou e há muito tempo.

Não é possível deixar de perceber uma outra contradição na pesquisa relatada no referido artigo. Becker, tão romanticamente favorável aos professores no pri-

meiro artigo, nega, aos professores, neste segundo trabalho, o tratamento metodológico que o construtivismo piagetiano tão bem soube conceder às crianças. Investiga-se a gênese do pensamento das crianças, mas o pensamento dos professores (como ele não faz distinção, sou obrigado também a usar o masculino; Becker parece não ter tomado conhecimento das discussões sobre gênero), adultos, merece apenas ser classificado. O vivo e engenhoso pesquisador *genético* da mente infantil transforma-se, sem aviso prévio, no *classificador* morto e sem imaginação do pensamento e da ação adultas. Acho que não é preciso ser piagetiano de carteirinha para ver que existe muito pouco de genético em tal “método”. Aplicando-se ao *professor* Becker o mesmo tratamento que dá aos professores pesquisados, poder-se-ia condenar sua epistemologia da epistemologia dos professores exatamente por seu evidente empirismo. Ironicamente, na divisão que faz dos professores (e do mundo), Becker seria classificado num dos grupos que condena. Numa época em que a pesquisa — e não estou falando apenas da pesquisa sociológica — sobre os professores e o trabalho docente adquire um refinamento e uma sofisticação crescentes, a pesquisa de Becker parece bastante deslocada e defasada. Resta-lhe o discutível consolo de ter inventado a categoria do “epistemologicamente correto”.

Finalmente, Becker faz repetidas profissões de fé em favor da interdisciplinaridade, condenando-me e à Sociologia da Educação por nossa resistência à interdisciplinaridade. Esse não é, evidentemente, o local para entrar nessa discussão. Basta dizer aqui que fica difícil acreditar na pregação de Becker em favor da interdisciplinaridade quando sua própria prática — tal como demonstrada nesse artigo e no outro publicado em *Educação & Realidade* — é não apenas baseada numa única disciplina, mas na repetição incessante das idéias de um único autor.

Referências Bibliográficas

1. BECKER, Fernando. A propósito da “desconstrução”. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.19, n.1, p. 3-6, jan./jul. 1994.
2. _____. *A Epistemologia do Professor*. Petrópolis: Vozes, 1993.
3. _____. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.19, n.1, p. 89-56, jan./jul. 1994.
4. SILVA, Tomaz Tadeu da. Desconstruindo o construtivismo pedagógico. *Educação & Realidade*, v.18, n.2, p. 3-10, jul./dez. 1993.

Tomaz Tadeu da Silva é professor do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da UFRGS

Endereço para correspondência:
Rua Ludolfo Boehl, 756 - Ap. 305
91.720-150 - Porto Alegre - RS

E-mail: TOMAZ@VORTEX.UFRGS.BR